Vizinhança e conflito em Cantagalo: Uma forma de concentração da terra e da riqueza no oitocentos

Contiguity and conflict in Cantagalo: An instance of land and wealth concentration in the 1800's

Vencidad y conflicto en Cantagalo: Una forma de concentración de tierra y riqueza en el ochocientos

Este artigo pretende levantar uma forma de concentração da terra e da riqueza em Cantagalo no oitocentos. A partir de levantamento documental baseado em registros de terra, censos demográficos, inventários pos-mortem, Almanaque Laemmertz e um Interdito Possessório pudemos acompanhar o processo de concentração da terra e da riqueza no agro-fluminense, em estudo de caso sobre os proprietários da Fazenda Santa Rita do Rio Negro, em meados do século XIX.

The purpose of this article is to look into one of several strategies of land and wealth concentration in the 1800's Cantagalo. Based on documentary research such as land registration, censuses, post-mortem inventories, Laemmert Almanak and a Possessory Interdict, it was possible to follow this instance of land and wealth concentration process in the fluminense agro-system, through a case study on Santa Rita do Rio Negro farm landowners in the mid-nineteenth century.

El presente artículo se propone acercar una forma de concentración de tierra y riqueza en Cantagalo en el ochocientos. A partir de examen documental basado en registros de tierra, censos demográficos, inventarios post-mortem, Almanac Laemmert y un Interdicto Posesorio, fue posible la reconstitución del proceso de concentración de tierra y riqueza en el agro-fluminense, en un estudio de caso de los propietarios de la Hacienda Santa Rita do Rio Negro en los meados del siglo XIX.

Palavras-chave: *História do Rio de Janeiro, História Regional, História Agrária Fluminense, Terra e conflito em Cantagalo, Concentração da terra em Cantagalo.*

Autora:

Prof^a. Ms. Eliana Vinhaes

Professora de História da UERJ, UGF e Estácio. Mestre em História Social do Brasil pela UFRJ, IFCS, área de concentração em Rio de Janeiro, título: *Cantagalo: o uso e a posse da terra e as formas de acumulação e dispersão da terra e da riqueza local (1850-90)*, orientação Maria Yedda Leite Linhares. Doutorado UFF: *Elites Agrárias Fluminenses: século XIX*, orientação João Fragoso (não concluído).

E-mail: Eliana@acquadunas.arq.br

Introdução

Nos idos de 1874, na freguesia de Santíssimo Sacramento de Cantagalo, a ocorrência de um conflito entre vizinhos que, até então, teriam vivido na “santa paz” por trinta anos consecutivos pode nos dar a dimensão de algumas relações socioeconômicas locais.

Um chamado *Interdito Possessório* caiu-me nas mãos entre as várias pesquisas e documentos que levantava para defender meu título de Mestre pela UFRJ em 1992. Esta ação judiciária, intentada para a proteção de posse, em geral vem requerer a manutenção ou a reintegração de posse de terra. Tratava-se de advertir o réu que, porventura, estivesse a perturbar a posse da coisa móvel ou imóvel, como extração de madeira em terreno dito alheio, cultivo de plantação nas mesmas circunstâncias, demarcação indevida ou mesmo plantas de roça estabelecidas em áreas consideradas de outrem, entre muitas outras ações

(MAGALHÃES; MALTA, p.506). Considerando que se intentou uma ação judicial para a manutenção de uma posse de terra em capoeirão, situada nos limites entre as duas áreas em litígio, podemos fazer algumas inferências. Vamos às investigações:

Do conflito em Cantagalo

Os fazendeiros, Henrique Dietrich e Francisco Jose Cortat, lavradores de café e detentores de escravos, teriam vivido em terras contíguas por muitos anos, sem aparente razão de conflito. Entretanto, em 1874, Henrique Dietrich e sua mulher Adèle Dietrich, lavradores e moradores no termo de Cantagalo, senhores e possuidores da fazenda N^a S^a da Conceição do Rio Negro, situada na sesmaria de mesmo nome, no gozo de seus direitos de propriedade e posse pacífica, entraram na Justiça local contra seus vizinhos Francisco José Cortat e sua mulher Umbelina de Jesus Cortat, também residentes no termo. O argumento era: ***Cortat teria se utilizado de um capoeirão situado em terras ditas de Dietrich.***

Um capoeirão é conhecido como uma mata de reutilização da terra que, já tendo sido desmatada e replantada, fica em pousio (descanso) para futura utilização. Esta forma de utilização da terra pressupõe que o capoeirão pode ser o resultado da retirada de mata virgem. Neste caso, é terreno adequado e privilegiado para o plantio de mais um cafeeiro. Portanto, um terreno valorizado, na época.

Consta que entre 1860-66 os cafezais eram feitos em antigas roças, nas terras em que se derrubou a mata ou se a queimou, porque aí o solo é mais forte. Um cafeeiro produzia café até um determinado tempo, depois passava a ser considerado velho e seus grãos ficavam pequenos. O cafeeiro se tornava improdutivo (SAINT-HILAIRE, p. 90/91).

Existe um relato de Tschudi, cronista de época, visitante desta região, que teria encontrado em Cantagalo “*um dos mais importantes centros de cultivo de café do país*” (TSCHUDI, p.37), o que nos dá a dimensão da prosperidade da região na segunda metade do XIX.

Sabe-se que um cafeeiro tem um limite definido para sua produtividade, além do qual se torna improdutivo (TSCHUDI, p. 38). Considerando que por 40 anos o dito capoeirão esteve em pousio, por que Dietrich teria levantado a suspeita de má fé de seu vizinho antigo? E se esteve em pousio, numa região próspera, sinalizava-se que o fazendeiro tinha fôlego para “guardar”, “reservar” a terra por um bom tempo. E antes, teria havido qualquer invasão em suas terras, propiciando qualquer tensão com seu vizinho?

Do histórico da propriedade

Consta que Alberto Graff e Eduardo Roth teriam sido os primeiros plantadores do referido capoeirão, antes da chegada de Dietrich à região de Cantagalo. Após ter sido roçado por um outro vizinho, Caetano Fernandes de Souza, possuidor de uma pequena chácara à beira da fazenda, mais tarde comprada por Dietrich, ficou intocado por décadas. O foco da discórdia teria sido este capoeirão, que sequer sofreu qualquer tipo de reclamação de posse, nem por parte dos autores da ação, nem de seus réus por todo este tempo. O vizinho Cortat, por sua vez, nunca perturbara seu vizinho, fazendo derrubadas em ponto algum da vertente do Rio Negro, onde morava contíguo a este mesmo rio. Por que, então atravessou a vertente do rio, mandando roçar um pequeno círculo no meio do dito capoeirão, segundo a denúncia, sem sequer ter aberto qualquer picada que lhe desse acesso?

A fazenda N^o S^a da Conceição do Rio Negro, de propriedade de Henrique Dietrich, teria sido comprada de Eduardo Roth, em sociedade com Fernando Huenze e sua mulher. No ano de 1857, Huenze, que era um suíço originário da Basileia, vende a sua parte, na sociedade, para Dietrich, sem nunca ter morado em Cantagalo (Interdito Possessório 1874, AJRJ, p.122).

Ao que consta no Interdito, a sociedade foi dissolvida amigavelmente e Dietrich pagou a seu sócio a metade do valor dos bens acumulados, perfazendo um total acima de 69 contos de réis – 69:542\$455, precisamente. Este total refere-se à metade da fazenda, benfeitorias, plantações e escravos. A mesma sociedade possuía tropa de gado e porcada e mais um terreno anexo à Fazenda, foreiro à Câmara Municipal.

A compra original da Fazenda N^o S^a da Conceição do Rio Negro custou aos sócios suíços 200 mil réis (200\$000) e na época já possuía feitorias, escravos e animais. Eram, então, 71 escravos de ambos os sexos que somavam um monte de 42:000\$000, mais casa de vivenda, paiol, moinho, armazém, senzalas, engenho de pilão, ceva, tudo coberto de telha. Esta compra original tendeu a crescer para o proprietário Dietrich, uma vez que, desfeita a sociedade, incorporou ao seu patrimônio terras e homens.

Dietrich também teria comprado a chácara anexa à Fazenda, de Caetano Fernandes de Souza e sua mulher Maria de Oliveira, no subúrbio da Vila, à margem do Rio Negro, em terreno foreiro. Esta chácara possuía uma pequena casa coberta de palha e um rancho, também coberto de palha além de rchas de brauna nas cercas, laranjeiras, bananeiras e horta custando a Dietrich 300\$000 (Interdito Possessório 1874, AJRJ, p.125/127). Passam-se os anos e em 1877 o proprietário da Fazenda veio a falecer e seu Inventário vai demonstrar como, em décadas, sua fazenda prosperou.

Da abertura do Inventário

Ao abrir o Inventário, no ano de 1877, sua mulher Adele vai fazer a avaliação de seus bens para a meação e partilha. E pode-se constatar como seu patrimônio cresceu. Neste ano, a Fazenda possuía terras virgens e 8 milhões de terras em capoeirão, cafezais, e pastos no valor de 30:000\$000. Seus cafezais variavam em idade, além de que havia plantação de milho, feijão e arroz avaliados em 3:370\$000 e algodão (300\$000). O monte bruto de seu inventário chegou a 417:630\$720. O plantel de escravos contava, então, com 92 escravos entre homens (53) e mulheres (38). Dentre os escravos três eram pardos e os demais de Nação, isto é, africanos. Suas idades estavam distribuídas da seguinte forma:

Distribuição dos escravos quanto à idade na fazenda n.S conceição

Idade	70-60	50-40	30-20	Até 11
Quantidade	5	31	28	28

FONTE: inventário pos-mortem Henrique Dietrich, 1877, AJRJ

Dois anos após a morte de Dietrich, sua mulher também veio a falecer e em 1881 os herdeiros de Dietrich e sua mulher fundaram a Sociedade Agrícola Dietrich e Cunhados. Este exemplo, de uma família que atravessa meio século numa região, mantendo um mesmo sistema agrícola, baseado no pousio longo, – influência possivelmente da Europa, a leste do Elba, ao sul dos Pirineus, ou na Escandinávia, que durante o século XVIII reagiu à política de “cercamento” de campos, implementada com sucesso e agruras no *open field* inglês (RUDÉ, 1988, p.44) [i] – passa a se organizar em sociedades agrícolas. Estas sociedades agrícolas buscavam inovações e novos métodos no trato da agricultura. Entretanto, a força da tradição na Europa impunha a manutenção de práticas conhecidas e experimentadas. A resistência dos proprietários de terra se assentava na convicção de que os métodos tradicionais eram mais úteis para vincular os camponeses à terra (RUDÉ, 1988, p. 44).

Como pude acompanhar o percurso desta unidade produtiva em Cantagalo, com documentação variada (Inventários, Interdito Possessório, Almanaque Laemmert, Registros Paroquiais de Terra, Censos Demográficos, Relatos de Viajantes e Relatórios de Presidente de Províncias), elucidei sua trajetória por mais de 40 anos. O estudo deste caso pode nos permitir pensar uma lógica para a região, que explicaria o processo de uso, posse, concentração da terra e da riqueza em Cantagalo, e mesmo no agro fluminense.

A manutenção do pousio longo, mediante a baixa densidade demográfica e a grande extensão de terras disponíveis, regulou as formas de organização da produção no agro fluminense ao longo do XIX (FRAGOSO, 1986, p. 126; BOSERUP, 1987, pp. 24-26; VINHAES, 1992, p. 46). Ora, podemos deduzir que havia abundância de terras que permitiram a espera de muitos anos para o uso e plantio de cafezais e mais, por ser escassa, a população dispunha de uma ampla distribuição de terras. Vamos averiguar.

[i] Segundo Rudé (1988, PP. 44-45), várias sociedades agrícolas abundavam na região da Escandinávia, ao leste do Elba e sul dos Pirineus. A Rússia, por exemplo, possuía a sua Sociedade para a Promoção da Agricultura, ou Sociedade de Livre Economia, tendo efetuado algumas experiências no cultivo do milho. Na Áustria e Prússia a disputa por cargos na função pública passava pela exigência de se frequentar cursos sobre agricultura.

Da concentração da terra e do trabalho

Utilizando os Registros Paroquiais de Terra de Cantagalo, em 1855-56, na freguesia de Santíssimo Sacramento de Cantagalo das 266 declarações, 217 se tratavam de proprietários. Dentre estes avaliamos a extensão referente a cada proprietário. Quanto ao total da extensão declarada temos 35.474.399 alqueires. Deste monte, 127 proprietários detinham somente 3.750 alqueires, cujas unidades não ultrapassavam 30 alqueires. No extremo oposto, 6 proprietários detinham 12.952.481 alqueires. Senão, vejamos:

Concentração da Terra em Santíssimo Sacramento de Cantagalo 1855-56 (em alqueires)

Até 30	De 31 a 80	De 81 a 449	De 450 a 990	Mais de 1000
127	26	38	24	6

FONTE: Registros Paroquiais De Terra S.Sacramento Cantagalo 1855-56, AERJ

Podemos dar outra visibilidade a esta concentração, utilizando novo balizamento:

Concentração da Terra em Santíssimo Sacramento de Cantagalo 1855-56 (em alqueires)

Até 80	De 81 a 990	Mais de 1000
153	62	6

FONTE: Registros Paroquiais De Terra S.Sacramento Cantagalo 1855-56, AERJ

Esta amostragem nos conduz a afirmar que em Cantagalo os módulos que vão a 80 alqueires representam sítios e os de extensão maior representam pequenas e médias fazendas. Mas ambos, sítios e fazendas apresentam o plantio de cafeeiro como prática usual na região. E este plantio utiliza sistematicamente a população escrava em idade produtiva (14-40 anos), concentrada nas várias freguesias de Cantagalo. Como vemos a seguir:

Concentração da população escrava em idade produtiva: Cantagalo: 1850

Freguesias	Escravos	Livres
S. Francisco de Paula	1927	911
N.ª. S.ª. do Monte do Carmo	1303	785
St.ª. Rita do Rio Negro	1115	896
S. S. de Cantagalo	775	508
TOTAL	5120	3100

FONTE: Relatórios de Presidente de Província:1850

Dentre estes escravos e livres podemos afirmar que os menores de 14 anos perfaziam um total de 1171 entre os escravos e 2519 entre os livres. Portanto, temos na região, pelos dados obtidos, um plantel jovem e produtivo. Quanto à nacionalidade dos escravos temos que:

Nacionalidade da população escrava: Cantagalo:1850

Brasileiros	1989
Estrangeiros	5563
Origem ignorada	2036

FONTE: Relatórios Presidente Província:1850

Pelos idos de 1878, o Visconde de Prados, preocupado com “*o principal elemento da produção, numa região onde predomina a grande cultura*” (Relatório Presidente de Província, 1878, p.38), expôs um quadro estatístico sobre a mortalidade de escravos e ingênuos. Sua amostragem conclui que não há um índice elevado de mortes, dentro do município, em relação à Província, mas que Cantagalo se destacava nos índices de mortalidade de ingênuos, como vemos a seguir:

Índice de falecimento de ingênuos: Cantagalo: 1878

Cantagalo	34,3%
Paraíba do Sul	31,5%
Valença	31,5%

FONTE: Relatório Presidente de Província 1878

Para o Visconde de Prados, a mortalidade escrava na Província do Rio de Janeiro era baixa, visto que, para ele, teriam morrido, apenas, 4290 cativos em sete anos. Em relação ao total da população escrava na Província, que é de 370.025 no ano em questão, segundo a fonte, o índice de 1,1% seria irrisório. Somando adultos e crianças, o índice sobe para 1,6% e ainda assim é um índice favorável, se considerarmos a condição especial da criança de 1 a 7 anos (p.40).

Comparando escravos matriculados e falecidos em Cantagalo, temos a seguinte amostragem:

Total de escravos matriculados e falecidos em Cantagalo: 1871-77

Ano	Escravos matriculados	Escravos falecidos
1871	-	-
1872	16746	144
1873	1359	414
1874	1484	421
1875	524	450
1876	1360	350
1877	1012	301

FONTE: Relatórios de Presidente de Província:1878

Estes dados denotam uma preocupação com a manutenção da escravaria local e nos indica que a economia cafeeira, na década de 1870, ainda apresentava sinais evidentes de otimismo, quanto à produção local (VINHAES, 1992).

Das formas de pousio e uso da terra na região

Partindo do relato de Tschudi, em 1860, uma plantação de café de quatro anos já fornecia uma colheita razoável, mas as melhores plantações, com grãos desenvolvidos, provinham de cafeeiros de mais de sete anos. Sua longevidade, entretanto, ia aos 17-18 anos, a partir dos quais a plantação já entrava em declínio e após os 24-26 anos, não produzia, sequer, a metade de grãos em relação aos anos anteriores.

Ainda para o viajante, havia regiões que mantinham seus cafezais com mais de 25 anos, utilizando-o por mais 10-12 anos, mas em outras esses cafezais improdutivos eram abandonados em meados da segunda década de produção (TSCHUDI, p. 44).

A lógica das grandes fazendas, na época, era diversificar e possuir árvores de todas as idades, garantindo uma colheita constante e sabiamente regulada: enquanto umas produziam, outras descansavam. Claro está que a utilização do pousio era fundamental, se considerarmos a baixa utilização de adubos.

Os cafezais eram plantados, preferencialmente, em roças antigas, onde já se teria derrubado a mata virgem e se a queimou, como afirmamos. O terreno escolhido preferencialmente era levemente ondulado, mais apropriado para o café, que o terreno plano. A limpeza do terreno era feita três vezes ao ano. O tempo de florescimento até a maturação durava em torno de 22 a 26 semanas e o da colheita se estendia de três a quatro meses (TSCHUDI, p. 37/38).

O transporte do cafeeiro à sede da fazenda se fazia geralmente em carros de boi. As bagas limpas e desprovidas de hastes passavam ao tratamento, que definia a qualidade do produto que se pretendia atingir. O tratamento definia o produto, além da qualidade e tipo de café que se havia escolhido para plantar, variando entre Mooca, Mirtha ou Lê (TSCHUDI, p. 37).

Para separar a polpa da semente colocavam-se as bagas no terreiro para secarem. Em Cantagalo, os terreiros de café eram sistematicamente utilizados. A sua principal funcionalidade era fornecer ar e calor solar aos grãos. A ameaça de chuvas poderia levar à perda ou ao estrago da colheita, daí se evitar a época das chuvas para se recolher o café (TSCHUDI, p. 45). Do terreiro os grãos eram levados para o monjolo e daí para a peneira, onde se completava a limpeza.

Quando o tratamento era mais cuidadoso, as bagas eram postas em grandes tinhas de água, para se tornarem mais moles, ou eram passadas entre dois cilindros que, esmagando a polpa, removiam-na inteiramente. Então os grãos eram lavados em água limpa e estendidos no terreiro, para secar, voltando depois a passar em cilindros mais finos, encarregados de remover os últimos filamentos da polpa. Novamente voltavam ao sol ou passavam pela secagem artificial dos ventiladores. A seguir os grãos eram transportados para o moinho limpador, ou para as peneiras, para a limpeza final (VINHAES, 1992, p. 91).

A utilização de capoeiras era expressiva neste sistema de uso e posse de terra, pois quando o cafeeiro esgotava a terra não mais se a utilizava, quando os arbustos envelhecidos, nela não mais se reproduziam. Com o terreno exaurido, de nada adiantava fazer a replantagem de um cafezal. A técnica do pousio pode oferecer a restauração da terra para a replantagem futura, mas o cafeeiro só era plantado onde o pousio derivava de mata virgem derrubada (VINHAES, 1992, p. 92).

O cafeeiro era plantado em terras onduladas e secas, protegido das encostas mais frias. Em Cantagalo, eles florescem entre setembro e dezembro e a colheita se fazia de abril a junho. Nas chamadas partes “*noruegas*”, mais frias, quando aí se planta o café, este floresce entre fevereiro e abril, recaindo sobre outubro, princípio da época das chuvas, época inadequada para a colheita, devido ao perigo da deterioração, causada pela maior dificuldade de secagem (TSCHUDI, p. 39). Outro perigo para o arbusto do café é coincidir, ainda pequeno, com a época das geadas, típicas da região.

Ao passar pelas manipulações que se faziam necessárias, o destino era agilizar seu acesso ao mercado, pois a exposição à umidade e aos insetos poderia levar o produto à deterioração. Muito poucos fazendeiros, à época, detinham capacidade de estocagem e armazenagem convenientes para o café, o que os colocava em situação desfavorável, ao usar seu produto como instrumento de especulação, além de que as flutuações no mercado

monetário e as oscilações das cotações do café, bem como juros elevados, oneravam o capital, vulnerabilizando os fazendeiros brasileiros (TSCHUDI, p. 45; VINHAES, 1992, p. 93).

Da natureza do conflito entre vizinhos

Dietrich e Cortat podem ser dois bons exemplos de como se deu o processo de concentração da terra e da riqueza na região de Cantagalo. Situado em uma região agrária, o município, no oitocentos, tem na terra suas maiores possibilidades de reprodução do sistema. Vastos cafezais ocuparam sua paisagem, mediados por culturas complementares à dinâmica das fazendas locais. Fortunas se construíram e se dispersaram, ao longo da segunda metade do XIX, e a ocupação da terra se deu de maneiras variadas, explicando as diferenciações sociais.

Se o processo de apropriação da terra, nos marcos do quadro colonial, se deu com a prática do apossamento, dito pacífico, e com a concessão de sesmarias, após a Lei de Terras e com a revogação do estatuto das sesmarias em 1822, o acesso à terra passa a se dar através do título de compra. Pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854 exige-se o “*cumpra-se*” da Lei 601/1850 e são criados os registros Paroquiais de Terra, tornando-se necessárias a medição e demarcação de sesmarias, ou legitimação de posses adquiridas por direito. Para tanto bastava que posseiros e sesmeiros declarassem, nas paróquias locais, suas terras e posses. Tal conjunto de informações daria subsídios à Repartição Geral de Terras Públicas, criada pelo mesmo decreto de 1854, para empreender a medição e revalidação das declarações [ii].

Na origem, a distribuição das terras em sesmarias deveria ser feita “*lyvrimente, sem foro nem direyto algum*” (PORTO, p. 197) salvo se fossem terras tributárias, o que imputaria o tributo a quem as tomasse, não o acrescendo mais. A Carta de 20/01/1699 passa a impor o foro, sem delimitar o “*quantum*” a ser cobrado, liberando seu preço à razão direta de sua “*grandeza ou bondade da terra*” (PORTO, p. 132). Como se burlava o foro, passou-se a exigir que

as terras que se derem em sesmarias se principiará a pagar o foro dellas do dia em que for passada a Carta de sesmaria em diante, à razão direta de 4\$000 por légua, nas datas do certão, de 6\$000, nas que são chegadas à marinha, porquanto os cinco annos são somente por penna que se dá aos que não povoarem no decurso dellas para se poderem dar por devolutas a quem as pretender (PORTO, p. 136).

Pelo Alvará de 05/10/1795 passa-se a exigir a medição e demarcação de sesmarias, pois a medição implicava na demarcação. Nem sempre se cumpriu, por contingências explicáveis de comunicação ou de preço à delimitação das terras. A Lei de 1850 vai procurar disciplinar o quadro fundiário do Brasil. Na verdade, na região e no Brasil havia um quadro variado de formas de ocupação, que ia do posseiro ao sesmeiro irregular, ao sesmeiro legal. O processo de legitimação das terras, possivelmente conviveu com conflitos de muitas ordens [iii].

Neste processo de ocupação, num primeiro momento se obtinha a terra por doação de sesmarias, mas a prática da ocupação simples vai se generalizando após o século XVII e passa a ser, na prática, o modo legítimo de aquisição de domínio, convivendo com as doações de sesmarias e permanecendo, quando da revogação de seu instituto (PORTO, p. 182). Na verdade, o posseiro, que até 1850 estava numa situação de fato, com a Lei

[ii] REPARTIÇÃO GERAL DAS TERRAS PÚBLICAS. Decreto nº 1318-30/01/1854. Livro S. Sacramento de Cantagalo 31/12/1855, pp10-11

[iii] Vinhaes (1992) cita alguns exemplos de conflitos ocorridos como decorrência do processo de apossamento de terras no Brasil

601 passa a estar numa situação de direito virtual de domínio. Mas havia formalidades reguladoras da legitimação de posse, uma vez que, se estivessem incultos, poderiam ser consideradas terras devolutas. Havia prazos estipulados para a demarcação.

No caso de Cantagalo, as formas de ocupação nas suas origens se dão dentro dos moldes de “uma fronteira demográfica” [iv]. A ocupação da terra se deu de forma espontânea, ligada, fundamentalmente à produção de subsistência. Progressivamente, os cafezais vão se expandindo na “febre” do início do século XIX, incorporando terras e alocando escravos, na lógica da reprodução extensiva [v]. Entre 1850-80, portanto, a tendência vai ser de polarização de grupos de fortuna com uma brutal concentração da terra em mãos de determinados grupos.

A trajetória de concentração de terra e riqueza da fazenda Na .Sra. da Conceição do Rio Negro não passava ao largo da lógica local (VINHAES, 1992, p. 126). Possivelmente, esta foi a maneira como se conseguiu terras em Cantagalo. As posses e doações de sesmarias foram ocupando a terra de Cantagalo, sem falar das heranças. Se, de um lado, o processo de Inventário que se instituiu, quando da morte de um (a) fazendeiro (a), ou sua/seu meeira (o) apontava para a dispersão da riqueza de uma família (partilha equânime, política de dotes, pagamento das dívidas), por outro lado, as relações familiares instituídas ao longo da vida do patriarca garantiam a este grupo de elite distribuir entre seus pares os bens acumulados.

O mercado matrimonial local demonstra como as jovens mulheres se casam com homens de fora do município, enquanto os jovens rapazes provavelmente se mudam para as redondezas à cata de raparigas disponíveis para o matrimônio [vi]. Esta estratégia exogâmica poderia garantir a expansão das fronteiras, de um lado, e a preservação das unidades familiares, de outro. As mulheres ficam, os homens saem.

Se os anos anteriores a 1820 foram de luta para a aquisição da posse da terra, nas chamadas áreas de “serra acima”, onde se expandiam os cafezais, progressivamente vão se fortalecendo na região homens poderosos, que iam se apossando de terras de sitiantes e pequenos lavradores; nos seus desdobramentos, os grandes lavradores passam a reclamar o reconhecimento legal das propriedades que, quase sempre, haviam conseguido por meios escusos. Entretanto, o conflito aberto deveria ser evitado, já que a agricultura favorecia fugas e revoltas.

Considerações finais.

Podemos deduzir que o conflito que se instaurou na fronteira entre dois vizinhos pode ser explicado pela própria lógica da concentração da terra local com a legislação pertinente, que

passa a garantir a propriedade da terra àqueles que “chegaram primeiro”. O primeiro mecanismo usado por Dietrich para acumular riqueza foi comprar a parte de seu sócio. A seguir, anexa mais uma compra de seu vizinho chacareiro, que vivia nos interstícios das fazendas locais. Com o tempo amplia o número de cativos e beneficiamentos e benfeitorias da fazenda.

A diversidade de culturas existentes na fazenda denotava seu potencial de estabilidade. A permanência do objeto de litígio – o capoeirão – nada mais era que “reserva de mercado”, aguardando o momento de ser utilizado na produção cafeeira. Ora se usava a terra, ora se a deixava em descanso. Consta que o capoeirão era o resultado de um primeiro desmatamento, resultado da derubada de mata virgem, o que nos leva a crer que estava sendo preparado para ser utilizado como cafeeiro. O pousio longo – por décadas – demonstrava o fôlego do fazendeiro podendo esperar por uma geração com a terra em descanso, usando o roteamento (rodízio) do solo. Portanto, ocupar clandestinamente qualquer parte do capoeirão era sentido como uma verdadeira afronta ao vizinho. Podemos imaginar que, de um lado, Cortat necessitava de terreno para expandir suas lavouras; entretanto, o vizinho detinha os papéis que lhe garantiam a propriedade da terra. A prática de apossamento “manso e pacífico” nunca pode elidir o conflito e a tensão, ora com as comunidades indígenas locais, que vão sendo progressivamente empurradas para o interior, ora com posseiros regulares ou irregulares ou mesmo sesmeiros.

Após 1850 e mais precisamente, para a região, entre 1855-6, os Registros de Terra e a legislação imperial sedimentam famílias nas regiões mais cobiçadas. O enraizamento vai se confirmando com a utilização de anexações, apossamentos, expansões internas (através do sistema do pousio) ou através de casamentos. Os vários mecanismos de concentração da terra vão ser utilizados para corrigir as mortes e partilhas, que tendem ao esfacelamento das fortunas locais. Nesta medida, o episódio descrito, representa um estudo de caso que pode expressar o processo de enriquecimento e empobrecimento local e a busca de soluções encontradas na prática cotidiana. Os conflitos permeavam a convivência instável no processo de consolidação de fortunas. Dietrich e Cortat foram protagonistas de um conflito que permeou a História do Brasil, a luta pela terra.

[iv] MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1979. O autor desenvolve o conceito de frente pioneira (expansão da fronteira econômica a partir da transformação da terra em equivalente de capital e da generalização da produção de mercadorias); frente de expansão (a fronteira demográfica, caracterizada por expansão espontânea e ligada basicamente à produção de subsistência). Ver também Linhares e Silva (1981, p. 119). Podemos citar ainda ANDRADE, Manuel Correia de. A Mobilidade das Fronteiras, p. 231; PEDRÃO, Fernando. Fronteiras móveis, Um imperativo do capital p. 217; GONÇALVES, Carlos Walter Porto, p. 203; In BRANDÃO, Maria (Org.). Milton Santos e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2004 (Coleção Pensamento Radical). Estes artigos discutem os conflitos inerentes às mobilidades do homem contemporâneo nas fronteiras agrárias.

[v] Fragoso, João Luís Ribeiro. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920, Dissertação de Mestrado defendida na UFRJ, 1979, capítulo II.

[vi] VINHAES, Eliana. Formação do Patrimônio Fundiário da Elite Agrária no Oitocentos. Texto desenvolvido durante o Doutorado, iniciado na UFF. Mimeografado, 1994.

Referências bibliográficas

- BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- CASTRO, Hebe M de M. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 15.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920*, dissertação de mestrado defendida na UFRJ, 1979, II capítulo.
- _____. *A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul*. In: Terra e Poder. Revista Brasileira de História, nº12, ANPUH, Marco Zero, 1986, p.126.
- INTERDITO POSSESSÓRIO 1874, Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro (AJRJ).
- LEI DE TERRAS nº 601 de 18/09/1850. *Collecção das Leis do Império do Brasil, tomo 11, parte 1ª, secção 44ª*, Fundação Matoso Maia, Niterói.
- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAGALHÃES, Humberto Piragibe; MALTA, Christovão Piragibe Tostes. *Dicionário Jurídico*. 2. ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Trabalhistas, s.d., p. 506.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1979.
- PORTO, José da Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965, p.182
- REPARTIÇÃO GERAL DAS TERRAS PÚBLICAS. Decreto nº 1318-30/01/1854. Livro S. Sacramento de Cantagalo 31/12/1855, pp.10-11.
- RUDÉ, Georges. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980, p. 90-91.
- TSCHUDI, Johann Jacob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980
- VINHAES, Eliana. *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza – Cantagalo 1850-90*. Dissertação Mestrado IFCS- UFRJ 1992.